

**ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO PARQUE DA ACLIMAÇÃO
(Biênio 2023/2025)**

Local: Rua Pedra Azul, 76

Data: 25/02/2024

Horário: 10h-11h30

Relação dos conselheiros presentes: 1. Armando Guerra Júnior (Juca), Gestor, Representante da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA); 2. Neiva Maria de Paula, Representante da Subprefeitura da Sé; 3. Rodrigo Gutierrez, Conselheiro Titular, Representante dos Trabalhadores; 4. Ana Cláudia Cavalcante Gomes, Conselheira Titular, Representante da Associação de Preservação do Cambuci e Vila Deodoro; 5. Cláudia Santana Martins, Conselheira Titular, Representante dos Freqüentadores; 6. Maria Rosa Lombardi, Conselheira Titular, Representante dos Freqüentadores; 7. Paulo Fasanella, Conselheiro Titular, Representante dos Freqüentadores; 8. Rosângela Zanon Monteiro, Conselheira Titular, Representante dos Freqüentadores; 9. Noeli Talebi Gomes, Conselheira Suplente, Representante dos Freqüentadores, 10. José Maurício dos Santos Moura, Conselheiro Suplente, Representante dos Freqüentadores.

Relação dos conselheiros com ausências justificadas: Nicole de Souza Santos, Representante do DPH; Fábio Lúcio Sanchez, Conselheiro Titular, Representante dos Freqüentadores.

Relação dos freqüentadores presentes: 1. Eleni Rocha – Coletivo Jurubatuba Mirim; 2. Eliana Lucania Alves – Associação Aclimação; 3. Glória M. Trombini; 4. Maria Olinda G. S. C.; 5. Rosalia Larrubia – Coletivo Jurubatuba Mirim.

Pauta:

1. Informes do Parque e do Conselho

Não houve informes.

2. Informe da Reunião com o Vinicius:

A secretária Cláudia Martins agradece a participação de vários membros do Conselho na reunião com o coordenador da Divisão de Gestão de Parques Urbanos (DGPU), Vinicius de Almeida. Compareceram seis conselheiros, o que demonstrou para a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) o interesse coletivo nas questões do parque. Cláudia informa que a partir da semana que vem vai começar a cobrar o Vinicius sobre os encaminhamentos dos assuntos tratados e começa a ler suas notas sobre a reunião:

Conselheiros presentes: Ana Cláudia Cavalcante, Cláudia Santana Martins, Maria Rosa Lombardi, Paulo Fasanella, Rodrigo Gutierrez e Rosângela Zanon.

Presentes da SVMA: Vinicius de Almeida, Wagner Spolon (gestor interino do Parque da Aclimação), Júlio (Engenheiro) e sr. Mário (Engenheiro especialista em lagos)

I. Reforma da cancha de bocha

Uma empresa havia se interessado em fazer a reforma, mas desistiu. Há a possibilidade de se tentar fazer a reforma por meio da ATA da SIURB (dessa forma não há aquela limitação

de prazo para se fazer a licitação devido às eleições), mas há várias outras obras na “fila”. Vinicius não se comprometeu em termos de data.

Os conselheiros pediram que, enquanto não se faz a reforma, seja feita a limpeza e a iluminação do local. Vinicius e Júlio responderam que vão verificar a questão da segurança para se fazer a limpeza (verificar se os funcionários não correriam nenhum risco) e a possibilidade de se colocar iluminação.

II. Reforma do Jardim Japonês

O engenheiro Júlio já está fazendo estudos da reforma no local e existe a probabilidade de se fazer a reforma pela própria base de manutenção ou de incluir na ATA da SIURB, mas, novamente, há muitas outras obras na “fila” e a SVMA não pode assumir um compromisso de data para a realização do trabalho.

III. Problemas referentes ao lago

Reativação da Estação de Flotação do córrego Pedra Azul – Se depender da SABESP, a Estação não vai mais funcionar, mas a SVMA está tentando reverter essa posição.

Aeração – essa foi a única boa notícia mais concreta que Vinicius nos deu. Há o planejamento da instalação de 3 aeradores no parque, do tipo “pá”. O primeiro seria instalado já no final de fevereiro, como teste.

Problema da areia, óleo etc. entrando pelo Jurubatuba – a solução seriam as caixas de retenção e sedimentação da SIURB. A recomendação é que continuemos insistindo nisso. Quanto ao Requerimento de Informação pedindo a fiscalização do despejo de resíduos de construções nas ruas por onde passa o Jurubatuba, Vinicius disse que essa fiscalização só poderá ser feita mediante denúncias específicas de cada caso, via 156.

Os conselheiros propuseram uma reunião conjunta da SVMA, SIURB, SABESP e Subprefeitura da Sé para debater as questões do lago. Vinicius concordou com a ideia. Foi sugerido que se chamasse um representante da SIURB mesmo, não só o dr. Pedro Algodal, que é atualmente apenas consultor. Vinicius ficou de nos passar datas em que ele estaria disponível.

Problema da infestação de caramujos – explicamos a situação ao Vinicius. Falamos que a atuação da Secretaria Municipal de Saúde seria necessária e se a SVMA poderia fazer cobranças nesse sentido. Vinicius ficou de analisar a situação.

Nesse tópico os conselheiros mencionaram também a falta de funcionários de manejo e de segurança patrimonial para executar todas as tarefas necessárias no Parque, pedindo ou um aumento de funcionários por aditamento do contrato ou, no próximo contrato, um aumento do número de funcionários. Vinicius ficou de estudar a questão.

IV. Reparos diversos a serem efetuados no Parque (bebedouros, prédio da administração, banheiros etc.)

Vinicius e Júlio ficaram de verificar a possibilidade de efetuar esses reparos.

V. Situação dos terrenos situados junto ao Parque, do outro lado da rua Pedra Azul

A antiga CET por enquanto foi abandonada pela UNESP, mas ainda existe a possibilidade de reversão dessa situação, ou seja, a UNESP pode voltar a se interessar em ocupar o local. Por enquanto a SVMA não pretende realizar nenhuma reforma no local.

Quanto ao terreno vizinho, que está ocupado por uma família, Vinicius ressaltou o problema social, já que é uma família muito pobre, então seria um processo delicado. De qualquer forma, ficou de nos passar o número do processo.

VI. Curso de prevenção de incêndios para os seguranças e/ou funcionários no parque. Treinamento e material – extintor, etc.

Vinicius disse que os gestores dos parques já recebem esse tipo de curso, mas ficou de ver a possibilidade de ampliação. Ficou de ver também a possibilidade de fornecer um extintor ao Parque. Mencionou a criação de uma “brigada volante” para atender os parques de todo o município.

VII. Kit de primeiros socorros para o parque

Vinicius disse que nenhum parque tem, mas que vai ver se consegue uma “caixinha” para nós. Não se comprometeu com nenhum prazo.

VIII. Formação de uma “brigada” de resgate de animais silvestres

Devido à escassez de tempo para nos aprofundarmos sobre isso na reunião, e ao fato de esse assunto ser da alçada da Divisão da Fauna, Vinicius sugeriu que esse tópico seja discutido na “Reunião sobre os gatos”, que deverá acontecer no Parque com a presença da Juliana Summa, coordenadora da Coordenação de Gestão de Parques e Biodiversidade (CGPABI). Vinicius pediu também que enviássemos um Requerimento de Informação sobre o assunto.

Observações dos presentes sobre o relato da secretária:

a) Sobre o terreno em que ficava a CET, Paulo informa que ouviu, através do coordenador Josmar, que há interesse da Polícia Militar (PM) de montar uma base nesse local. O gestor Armando Guerra Junior (Juca) confirma que há interesse em se estabelecer a Ronda Ostensiva com Apoio de Motocicletas (ROCAM) no local. Nada oficial ainda. A frequentadora Eliana, da Associação Aclimação, lembra que antigamente a PM esteve alocada ali — o quarto batalhão. Depois é que o terreno passou para a CET. Quanto ao retorno da área à UNESP, opina que dificilmente isso acontecerá, pois a UNESP desistiu, por conta da reforma que seria necessária. Eliana acredita que, uma vez que no planejamento anual da UNESP não há indicativo de retomada da área, em 2024, pelo menos, isso não deve acontecer.

b) Quanto à área anexa à antiga CET, Eliana afirma que já houve um processo de reintegração de posse e a prefeitura já ganhou, mas está fazendo “corpo mole”. O processo já está extinto. A secretária pergunta a Eliana se ela pode nos passar o número do processo. O conselheiro Paulo reforça o pedido de que ela encaminhe essa e outras informações sobre o processo para o Conselho. A conselheira Neiva indaga se a responsabilidade da desapropriação é da subprefeitura. Eliana responde que não, que a responsabilidade é da Procuradoria do Município e do Departamento de Patrimônio do Meio Ambiente, que cuida das áreas públicas. A frequentadora Maria Olinda diz que já faz anos que isso está parado e que deveríamos reunir as informações e divulgar nas redes sociais. Maria Olinda e Paulo insistem na necessidade de remover essa família e liberar o terreno para o parque. Paulo explica que em outras épocas era comum se disponibilizar para alguns funcionários municipais a moradia em troca de algum serviço, mas que essa pessoa que está ocupando esse terreno não presta nenhum serviço, só mora no local.

c) Sobre a reforma da administração, Eliana relata que em 2015 foram investidos 500 mil reais para reformar a sede. Assim que a reforma terminou, já começaram a aparecer problemas — algo assustador, segundo Eliana, caracterizando desperdício do dinheiro público.

d) Sobre extintores no parque, Juca informa que o parque tem pelo menos um, mas que seria bom haver mais.

e) Comenta-se a ausência de um kit de primeiros socorros e todos reforçam a importância de tê-lo, mas acompanhado de um treinamento para os funcionários, pois não é qualquer um que é autorizado a usá-lo. O conselheiro Rodrigo, segurança representante dos trabalhadores, diz que recebeu um curso bastante introdutório sobre primeiros socorros, mas que seria necessário um curso mais completo.

f) A respeito da “reunião sobre os gatos”, que foi mencionada pelo Vinicius, a secretária opina que a questão da brigada de resgate de animais silvestres não deveria ser misturada à dos gatos, e que ela não pretende participar da reunião sobre os gatos. Paulo opina que é importante alguém do Conselho acompanhar a reunião sobre os gatos. Diz que os gatos também estão sob responsabilidade da SVMA e que está havendo interferência de pessoas que não são os cuidadores oficiais dos gatos, e essas pessoas estão mudando as regras. A intenção é regulamentar essas ações. Segundo Paulo, a SVMA deve indicar os pontos de alimentação, decidir se pode ou não ter casinha, cobertor na casinha etc. A APROGATO está pedindo há tempos para a SVMA vir organizar o atendimento aos gatos. A secretária opina que a reunião sobre os gatos deveria ter passado pelo Conselho antes. Eliana diz que os gatos, sendo animais domésticos, não são da alçada da SVMA, e sim da Zoonose. Que a SVMA não tem nem capacitação técnica para lidar com isso. Paulo insiste que a SVMA precisa resolver, pois ela é quem cuida do parque. A secretária Cláudia explica que essa questão dos gatos envolve uma herança do mandato anterior, que se encontrava dividido quanto a isso. Diz que não gostaria de reviver essa divisão, mas reconhece a importância de o Conselho debater o assunto na próxima reunião.

3. Questões referentes ao lago

A secretária relata que não há nenhuma novidade sobre os requerimentos de informação enviados. O gestor Juca informa que o aerador chegou e deverá ser instalado em breve. Avisará o Conselho quando for instalado. Cláudia explica que serão instalados três aeradores em diferentes pontos do lago. O primeiro, na entrada do Jurubatuba, funcionará como teste. Cláudia ressalta a importância de acompanharmos o processo.

Cláudia diz que é prioritário o agendamento da reunião com a SVMA, SABESP, SIURB e Subprefeitura da Sé sobre o lago. Paulo observa que, infelizmente, é a SVMA que precisa agendar. A secretária assume o compromisso de falar com o Vinicius sobre isso.

A secretária indaga se algo foi feito sobre o encaminhamento registrado na reunião anterior: “Redação de um documento circunstanciado, acrescido de fotografias da entrada de areia e óleo pelo Jurubatuba, para divulgação junto à mídia local e também para as instâncias governamentais devidas”. A conselheira Maria Rosa responde que percebeu que a necessidade de entender o problema era pessoal, pois ela está há apenas seis meses no Conselho, mas não dos demais conselheiros e do gestor, que o conhecem a fundo e têm documentação. Portanto, da sua parte, retira a proposta feita e, quando possível fará essa análise para seu próprio conhecimento, a partir das anotações das atas anteriores e de outros documentos. A secretária comenta que achou a proposta muito boa, mas sempre surge o problema de quem vai fazer. Paulo diz que se dispõe a trabalhar junto com a Maria Rosa, mas que tudo o que produzimos no Conselho esbarra na SVMA.

Eliana pergunta sobre a entrada de óleo pelo Jurubatuba e menciona que estourou o encanamento do córrego em um prédio na rua Topázio onde fica a galeria. A SABESP veio fazer o reparo. Isso aconteceu há duas semanas. Sugere que teria sido por conta dessa obra, bastante próxima ao Parque da Aclimação, que o óleo chegou à entrada do Jurubatuba. Paulo diz que o óleo vem entrando há mais tempo e que não há o que possamos fazer, já que a única forma de denúncia é pelo 156 quando algum morador identifica uma fonte de poluição.

A frequentadora Rosalia, do Coletivo Jurubatuba Mirim, relata que, por conta dos problemas de poluição do córrego Jurubatuba, esteve na Delegacia de Crimes Ambientais e fez um Boletim de Ocorrência (BO). O investigador estava presente e afirmou que problemas de sujeira na rede de drenagem, se estão jogando esgoto, é responsabilidade da SABESP, ao que ela contra-argumentou que essa água entra no parque da Aclimação e ocorreu mortandade de peixes. “Aí já é crime!” teria afirmado o investigador. Ela sugere que, em caso de uma nova ocorrência no lago que venha a colocar o ambiente em risco, se chame a Polícia Ambiental. Rosalia diz que vinha se reportando ao Ministério Público, mas este faz inquéritos civis que nunca terminam. Assim, um caminho alternativo de denúncias seria Polícia Ambiental. Os presentes trocam opiniões sobre o assunto e relatam suas experiências.

A secretária pergunta sobre outro encaminhamento tirado na reunião anterior: “Redação de uma minuta de Requerimento de Informação dirigido à SVMA sobre o tamponamento do Jurubatuba Mirim (responsável: Fábio)”. Como o conselheiro Fábio não se encontra presente, e Rosalia também não tem informações sobre isso, a questão não é discutida.

A frequentadora Maria Olinda comenta sobre o problema da intersetorialidade e todo o tempo que se perde na articulação com diferentes órgãos públicos, o que é muito desgastante.

A frequentadora Eliane relata que existe um processo na prefeitura sobre o lago, instaurado provavelmente em 2018; uma exigência do Ministério Público em relação à Secretaria do Verde. Quando mudou a gestão, o processo ficou parado, mas ele existe e ela possui a documentação. Diz que o tamponamento está relacionado ao lago, então seria preciso incluir nesse próprio processo, juntar essas ocorrências. Se há um processo, é preciso que nos manifestemos nele. Cláudia diz que precisamos da ajuda dela no Conselho porque não temos advogados. Menciona a *live* da OAB Ambiental no Instagram, a que assistiu recentemente, onde se defendeu que cada Conselho Gestor de parque tivesse um advogado, o que Cláudia considera importante. Eliane ficou de passar ao Conselho a documentação.

Os presentes discutem a possibilidade de se fazer um BO sobre a entrada de óleo no lago. A frequentadora Eleni, do Coletivo Jurubatuba Mirim, menciona a existência de outros dois inquéritos civis, um deles sobre uma ocorrência perto da Patriani, onde estão mexendo no lençol freático e bombeando água, o que vai fazer com que entre mais água suja e menos água limpa no lago. Outra frequentadora menciona problemas em sua casa relativos ao lençol freático.

Juca relata que a administração conversou com a DGPU e foi informada de que todos os laudos da SABESP confirmam que a água do lago está dentro do padrão. Os presentes questionam que padrão seria esse. Paulo diz que a DGPU deveria mostrar esses laudos para o Conselho. A secretária responde que provavelmente o padrão a que ele se refere é o do Programa Córrego Limpo (em relação ao córrego Pedra Azul). Eliana informa que o monitoramento da água do lago feito pelo *SOS Mata Atlântica* será retomado no mês de março; essas análises vão ficar em um portal oficial e servirão para se contrapor aos laudos da SABESP. Diz que tem inúmeros documentos, laudos da SABESP, do CAEX, e que poderíamos formar um grupo de Whatsapp para trabalhar com esse material sobre o lago. Fica combinado que Eliana entrará em contato com a secretária para a criação desse grupo.

4. Questões de Manejo e Limpeza

A secretária informa que os caramujos estão sendo removidos pelos funcionários do manejo; foi solicitado à SVMA na reunião com Vinicius que cobre a Secretaria de Saúde reforço de pessoal e urgência na remoção, conforme encaminhamento da última reunião do conselho. O conselheiro Paulo esclarece as frequentadoras sobre os procedimentos que estão sendo feitos. Cláudia acrescenta que a Vigilância Sanitária enviou um laudo atestando que os caramujos são perigosos, mas encarregou o pessoal do manejo do Parque da remoção. Paulo diz que há uma infestação desses caramujos em toda a cidade. Eles se proliferam muito rápido; quanto mais demormos para retirá-los, mais eles vão procriar. Eliana pergunta o que Vinicius falou sobre isso. A secretária responde que Vinicius disse que é muito difícil cobrar outra secretaria. Cláudia prossegue relatando que,

conforme encaminhamento da reunião anterior, a frequentadora Mônica, da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), entrou em contato com o Programa Ambientes Verdes e Saudáveis (PAVS), que confirmou o que já haviam dito ao Juca: que a retirada dos caramujos deve ser feita pelo pessoal do manejo do parque. A secretária relata ainda que a conselheira Neiva, representante da Subprefeitura da Sé, enviou e-mail para dois departamentos da Secretaria Municipal de Saúde pedindo ajuda na remoção dos caramujos, anexando o laudo e uma foto dos caramujos. Neiva diz que poderia fazer uma denúncia por e-mail para a Polícia Ambiental.

A conselheira Rosângela sugere que se faça um BO na Polícia Ambiental, apresentando o laudo que já temos. Muitos discutem como fazer isso. A conselheira Noeli Talebi demonstra preocupação no sentido de que esse BO não comprometa o trabalho da administração e dos funcionários do Parque. Todos concordam em fazer o BO mencionando os esforços que a equipe do parque e o administrador estão fazendo para eliminar os caramujos; pontuar todas as providências que o conselho solicitou sem obter resposta, bem como as respostas que obteve etc. Eliana diz que a obrigação de acionar a Zoonose seria do Vinicius, então não vê problema em se fazer esse BO. [Muitos falam ao mesmo tempo, tornando impossível a compreensão.] Eliana insiste que a ata comprova esse esforço do pessoal da administração do Parque.

Rosalia aconselha que todas as ações que o Conselho decida tomar sejam documentadas com o relato de todas as providências que foram tomadas pela administração e pelo Conselho, e todas as solicitações que foram feitas, acompanhadas das datas, e que não foram atendidas ou respondidas. A secretária comenta que, para isso, é necessária a ajuda do gestor Juca, porque ele é que tem a maioria dessas informações. Maria Rosa sugere que a Eliana ajude no levantamento dos documentos, já que ela é advogada e conhece bem os procedimentos. A secretária propõe que o grupo de Whatsapp que será criado para tratar das questões do lago também trate da questão do BO sobre os caramujos. Todos os conselheiros seriam convidados a entrar, assim como a Eliana, a Rosalia e as demais frequentadoras presentes.

Rosângela pede a palavra para dar um informe sobre a reunião do Conselho Participativo Municipal da Sé. Relata que eles tiveram uma experiência muito boa, pois foi feita uma reunião sobre a situação da Praça General Polidoro, onde estão se acumulando poças d'água. A reunião foi organizada lá pelo CPM-Sé com a presença do representante da Zoonose, que foi acionado pela COVISA da Vigilância Sanitária, que, por sua vez, deve ter sido acionada pela Secretaria Municipal de Saúde. Rosângela acha interessante o Conselho, antes de fazer um BO, participar da próxima reunião do CPM-SÉ, no dia 4 de março, para ver se conseguimos mobilizar a SMS e o pessoal da Zoonose sobre essa questão dos caramujos. Compromete-se a conversar com o Fábio sobre isso e menciona a possibilidade de abrir para a participação de alguém do Conselho Gestor do Parque da Aclimação. Alguns conselheiros declaram não poder participar, em virtude de a reunião ser presencial. Eliana comenta que, mesmo que ninguém do Conselho possa ir, qualquer morador pode levar essa demanda. A secretária observa que a própria Rosângela e o Fábio podem representar o Conselho.

A secretária relata que a frequentadora Mônica informou que SMS fará uma atividade de campanha sobre a dengue e possivelmente sobre os caramujos no dia 6 de março no Parque; Cláudia pediu que Mônica informasse a administração do Parque da Aclimação sobre a realização dessa atividade.

5. Questões referentes à segurança do Parque:

a) Reunião do CONSEG

Paulo relata que, na última reunião do CONSEG, foi comunicado que o CONSEG está sem local para reuniões, e perguntou se as reuniões poderiam ser feitas naquele local do Parque da Aclimação onde a reunião do Conselho Gestor está se realizando (rua Pedra Azul, 76). A secretária questiona sobre o problema da falta de luz, que impediria a realização de reuniões à noite. Juca diz que falta a caixa de luz e que o pessoal da manutenção da SVMA está trabalhando para religá-la.

A conselheira Ana Cláudia, representante da Associação de Preservação do Cambuci e Vila Deodoro, explicou que as reuniões do CONSEG passarão a ser itinerantes, mesclando com reuniões online, para alcançar um público maior.

b) Proposta de instalação de câmeras de segurança no Parque

A secretária explica que, na reunião anterior do Conselho, um frequentador chamado Alexandre relatou alguns casos de crimes cometidos dentro do Parque da Aclimação e reivindicou a instalação de câmeras de monitoramento. Acrescenta que, como a reunião já estava se encerrando, essa questão não pôde ser adequadamente debatida, e Alexandre solicitou que o ponto fosse incluído na pauta da reunião seguinte. Houve consenso sobre essa inclusão. Na reunião com o Vinicius, Cláudia perguntou sobre isso extraoficialmente (porque o Conselho não havia ainda aprovado nada nesse sentido) e ele respondeu que o caminho seria pela *City Cameras*. Cláudia consultou o SEI desse projeto e percebeu que ele se transformou no *Smart Sampa*, um projeto bastante polêmico. À primeira vista, comenta Cláudia, uma maravilha: instalação de 20 mil câmeras na cidade; as imagens captadas permitiriam a integração de diversos órgãos, tais como Guarda Civil Metropolitana, CET, Defesa Civil e SAMU. Entretanto, o custo do projeto é salgado: 70 milhões de reais por ano! Mas o maior problema, na opinião de Cláudia, é que são câmeras de reconhecimento facial. Esse reconhecimento se baseia em algoritmos, e não está claro que algoritmos são esses. Tudo depende de como os algoritmos são criados; com que bases de dados, alimentadas como e por quem. O edital da *Smart Sampa*, Cláudia informa, foi alvo de sete representações no Tribunal de Contas Municipal. [Murmúrios de exclamação.] Cláudia prossegue dizendo que a crítica mais contundente ao projeto era que, da forma como estava originalmente, poderia violar a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e os direitos de minorias, em especial o da população negra. O Tribunal de Contas Municipal (TCM) acabou aprovando o edital, depois de algumas pequenas modificações no texto, e dando sinal verde para a prefeitura ir em frente, mas Cláudia considera que há questões muito complicadas envolvidas nessa questão. Fornece alguns dados reunidos na Internet: no Rio de Janeiro, em 2019, foram detidas onze pessoas no Maracanã — sete foram falsos positivos. Ou seja, o sistema errou em 63% dos casos. Em Detroit, EUA, foi implantado um sistema de 1 milhão de dólares. A taxa de erro foi de 96%. [Mais murmúrios de exclamação.] As mulheres negras foram as principais vítimas desse tipo de erro. Mais de 90% dos presos foram pessoas negras. Além disso, continua Cláudia, esse tipo de sistema pode ser usado por governos autoritários para a vigilância de seus opositores. Na China se sabe que isso é feito constantemente, com opositores sendo enviados a campos de concentração ou eliminados. Não é só na China; há vários outros países onde ocorre esse tipo de monitoramento. A ONU e o Conselho Europeu de Proteção de Dados alertam para os perigos de violações dos direitos humanos com sistemas desse tipo. A secretária conclui declarando que não gostaria de contribuir para a instalação de um sistema do tipo Big Brother, nem de um sistema que vá prejudicar ainda mais as populações negras e pobres. Pede, então, que isso não seja aprovado sem a realização de reuniões de debate e esclarecimentos sobre esse projeto.

A frequentadora Maria Olinda relata que participa de um grupo de zeladoria junto ao Parque, e que o Alexandre conversou com o coordenador desse grupo, relatando o furto de celulares de jovens. Ele foi aconselhado a comparecer à reunião do Conselho Gestor do Parque da Aclimação. Maria Olinda, no entanto, diz concordar com a secretária: há muitas indagações sobre um sistema desse tipo, porque hoje ampliamos a visão dos direitos humanos. Acha inviável a adoção desse tipo de monitoramento. Relata que os jovens que saem do futebol à noite, às vezes quebram o vidro de carros para pegar celulares. Paulo opina que o Parque não tem a menor condição de gerir câmeras e fazer monitoramento. Maria Rosa relata que os conselheiros perguntaram ao Alexandre se as pessoas faziam Boletim de Ocorrência, e que ele respondeu que não. Maria Rosa relembra o conselho do sargento que participou da reunião do Conselho no final de 2022, de que todos fizessem BO, pois é o número de BOs que indica a quantidade de ocorrências em uma região, e é com base nisso que se aumenta ou diminui o policiamento. Maria Olinda diz que os adolescentes que quebram vidros não podem ser presos. Então o grupo de zeladoria do qual participa considera que chamar a polícia não é a melhor solução, mas sim o Conselho Tutelar. Ressalta a importância da educação desses jovens.

A conselheira Noeli pergunta à Cláudia se não podemos votar a respeito do tema da instalação de câmeras, já que ele já foi exposto na reunião. Nesse caso, já se colocaria a decisão em ata e a questão não precisaria ser retomada.

Rosalina comenta que, antes de colocar em votação, seria importante fazer uma pesquisa para saber qual a situação do *Smart Sampa*, já que esse projeto foi alvo de investigação do Ministério Público. Se há um processo para declarar a ilegalidade do projeto e ele for declarado ilegal, as câmeras terão de ser retiradas.

A secretária propõe o seguinte encaminhamento: que o Conselho aprove que não vamos aceitar um sistema de câmeras de segurança sem saber exatamente quem vai monitorar, com qual programa, com qual algoritmo e para onde vão os dados coletados, para não correr o risco de se instalar um sistema que viole a LGPD e os direitos das minorias. Todos concordam.

O gestor Juca relata que houve um furto na estação da SABESP de madrugada. Roubaram um fio de cobre. A vigilância não viu, mas, mesmo que tivesse visto, não poderia fazer nada. A estação da SABESP é trancada com cadeado. Conta que tem saído do Parque todas as noites depois que o parque fecha, e que nunca viu a GCM no parque. Relata também um caso acontecido na portaria com um morador de rua, que tentou roubar alguns equipamentos. Quando os seguranças o impediram, ele pegou uma pedra e jogou da rua para dentro do parque. Havia uma viatura da GCM perto do P5 (portão da rua Robertson/Aporá). Para vir do P5 até o P1 (portão principal, na rua Muniz de Souza), eles levaram dez minutos. Quando, finalmente, chegaram, Juca fez uma descrição da pessoa e indicou para qual lado havia ido. A viatura foi para o lado oposto... [Risadas.]

Cláudia retoma o que foi dito na reunião anterior: não adianta ter câmeras se não tem um monitoramento constante e policiais presentes para atender de imediato. Além disso, o parque é muito grande, não há como colocar câmeras em todos os lugares.

Eliana lembra que essa mesma discussão sobre a instalação de câmeras de segurança ocorreu em mandatos anteriores do Conselho. Afirma que são pessoas que comercializam essas câmeras que trazem essas demandas ao Conselho. Informa que no *Smart Sampa* só é possível entrar se houver uma inscrição em um ente privado que instale o sistema; eles não fornecem as câmeras. Essas entidades privadas sempre tentam levar essa demanda aos conselhos. Isso já foi discutido em 2010 no Conselho.

O conselheiro Rodrigo, que é segurança, diz que a maioria dos celulares que somem no Parque é porque os jovens perdem ou se descuidam. Sobre as câmeras, diz que Cláudia já falou o que ele pensa: que os dados mostram que não seria a solução. Reforça que a área externa, no entorno do parque, não é da alçada da segurança do parque, e que não podem fazer nada contra infratores menores de idade além de adverti-los.

Cláudia cobra Rodrigo sobre o problema dos frequentadores que fumam no pergolado sob a cancha de bocha. Diz que passa por ali de manhã, vê frequentadores fumando e não encontra seguranças para avisar do problema. Rodrigo responde que os seguranças falam com os fumantes, mas, como não têm poder de polícia, não podem fazer nada. Cláudia menciona também os cachorros soltos no bosque. Reconhece que, na parte de baixo do parque, os seguranças apitam quando veem cachorros soltos, mas no bosque nada acontece. Rodrigo diz que os seguranças tentam, mas que falta contingente. Cláudia pede à frequentadora Glória, que tem contato com os donos de cachorros, que recomende a eles que não deixem cachorros soltos, porque é perigoso até para o próprio cachorro. Lembra que recentemente um cachorro matou o outro no parque. Glória diz que ficou sabendo e concorda.

6. Perguntas e sugestões de frequentadores

A frequentadora Maria Olinda retoma uma demanda feita em reunião passada, a respeito de uma árvore prestes a tombar na parte de trás do campo de futebol do Estádio Municipal Jack Marin. Relembra que lhe foi dito que isso era da alçada da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEME), e gostaria de saber como está a questão e com quem falar. Relata também um episódio de queima de fogos de artifício “estrondosos” no campo de futebol. Diz que telefonou para a Secretaria

de Esportes, mas ninguém atendeu ao telefone. Indaga a quem deveria acionar. O gestor Juca a orienta a entrar em contato com o Departamento de Gestão de Equipamentos Esportivos (DGEE). Maria Olinda relata outras ocorrências de problemas no entorno do centro esportivo. Neiva esclarece que, se o problema ocorre dentro do parque, é responsabilidade da SVMA. Se é no centro esportivo, da SEME.

A frequentadora Glória expõe o problema de alagamento da área do cachorródromo quando chove, demonstrando preocupação com o fato de a água vir do córrego Pedra Azul e poder contaminar os animais com bactérias. A frequentadora sugere algumas ideias para aliviar o problema, como fazer um caminho de pedrisco para que as crianças e animais não entrem em contato com a água, ou melhorar a drenagem do solo. Pergunta se o próprio parque tem como minimizar o problema ou se a iniciativa privada poderia contribuir de alguma forma, com alguma doação. Diz que se dispõe a ir atrás da iniciativa privada, se isso for autorizado. A secretária lembra que levantou essa questão da drenagem na reunião anterior, mas referente apenas à quadra de esportes, que está constantemente alagada. Questiona se a água vem realmente do córrego. Paulo diz que ali há dois problemas: o córrego, que supostamente está limpo, mas, na verdade, não está, e um ramal que vem lá de cima que está rompido há muito tempo. No entanto, esse ramal não está afetando o cachorródromo, e sim a pista de asfalto junto aos banheiros do P3 (portão da rua Pedra Azul), que alaga. Esse ramal deveria passar por baixo do banheiro do P3 e ir até o lago, mas cedeu, e a água não está mais passando por dentro da canalização, e sim por baixo. Essa área da quadra e do cachorródromo era permeável, mas, com a impermeabilização provocada pela ação humana, a água precisa sair por algum lugar. Noeli relata que terra e areia são carregadas para a pista nessa região, podendo provocar escorregões e tombos entre os frequentadores. O gestor Juca diz que a administração do Parque já havia pedido para a base de manutenção verificar a drenagem da quadra. Eles vieram ver a quadra; queriam nivelar e colocar areia, mas a administração considerou que a drenagem seria o jeito certo de resolver o problema. Quanto ao cachorródromo, diz que vai falar com o pessoal da manutenção. Diz que as questões de manutenção estão sendo resolvidas a contento, apesar da demora. Sobre a questão da iniciativa privada, vários opinam que a ideia é válida, mas não é fácil a SVMA aprovar. Glória diz que poderia ser tanto em termos de material quanto de serviço (mão de obra). Juca diz que na área de esportes as parcerias com a iniciativa privada costumam ser bem-vindas e que existem esquemas para as doações, mas no meio ambiente isso é mais difícil. A DGPEU o informou que há uma época do ano em que as doações são permitidas, mas até agora isso não aconteceu. Paulo diz que em alguns parques, em vez de se pagar uma taxa (para uma filmagem no parque, por exemplo), é possível se fazer uma benfeitoria para o parque. Glória solicita também a poda das árvores no entorno do cachorródromo, para que o sol possa penetrar e minimizar o problema das fezes e urina dos cães que se acumulam ali.

Paulo retorna à questão do ramal de água quebrado e indaga se a Neiva não poderia verificar se isso é responsabilidade da Subprefeitura da Sé. Explica que o ramal vem da rua Basílio da Cunha e vem até o lago. Ele cede e cria um laguinho no bosque de eucaliptos. Só que, quando chove muito, a água não fica mais no laguinho — desce e fica empoçada na frente do banheiro do P3. O sr. Arruda, da Sub-Sé, até veio olhar, mas nada aconteceu. Paulo gostaria de saber se é possível a Neiva dar uma ajuda lá na Sub-Sé para resolver esse problema. Neiva solicita ao Paulo que lhe mande fotos e documentos para que ela possa encaminhar a questão na Sub-Sé.

7. Pauta da próxima reunião

Em função do adiantado da hora, ficou decidido que no decorrer do mês o conselho definiria a nova pauta, a partir dos encaminhamentos decididos na presente reunião.

8. Encaminhamentos:

1. Cobrar o Vinicius sobre os compromissos assumidos na reunião com os conselheiros (responsável: Cláudia);
2. Formação de um grupo de Whatsapp para tratar das questões referentes ao lago e debater a inclusive sobre a possibilidade de um BO na Polícia Ambiental com referência à infestação de caramujos (responsáveis: Eliana e Cláudia);

3. Levar o problema da infestação de caramujos ao Conselho Participativo da Sé (responsável: Rosângela e quem mais puder participar da próxima reunião do CPM-Sé);
4. Sobre a proposta de instalação de câmeras de segurança no Parque, o Conselho decidiu não aprovar um sistema de câmeras de segurança sem saber exatamente quem vai monitorar, com qual programa, com qual algoritmo e para onde vão os dados coletados, pois não se quer correr o risco de instalação de um sistema que viole a LGPD e os direitos das minorias;
5. Verificar com o pessoal da manutenção como resolver o problema do alagamento do cachorródromo nos períodos de chuva (responsável: administração do Parque);
6. Verificar se a Subprefeitura da Sé é responsável ou poderia ajudar no conserto do ramal quebrado no bosque de eucaliptos (responsáveis: Neiva e Paulo).

Nada mais havendo a tratar, a primeira secretária do Conselho Gestor, Cláudia Santana Martins, encerrou os trabalhos da 8ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Parque (Mandato 2023-2025).

São Paulo, 19 de março de 2024

CLAUDIA SANTANA MARTINS
Secretária do Conselho Gestor, com a ajuda da
transcrição feita por Maria Rosa Lombardi

Conferência:

ARMANDO GUERRA JUNIOR
Gestor do Parque da Aclimação
Coordenador do Conselho Gestor